

continuação

AMAZÔNIA CELULAR S.A.

CNPJ Nº 02.340.278/0001-33

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, receita não faturada, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Alteração da Legislação Societária Brasileira, com vigência a partir de janeiro de 2008

Em 28 dezembro de 2007 foi promulgada a Lei Nº 11.638, a qual modifica as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei Nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade e atribui à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o poder de emitir normas para as companhias de capital aberto. As principais alterações introduzidas pela Lei tem aplicação a partir de 2008 e referem-se a: (i) substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR pela Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC; (ii) obrigatoriedade de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - DVA; (iii) possibilidade de inclusão da escrituração tributária na escrituração mercantil, com segregação entre as demonstrações mercantis e as tributárias; (iv) criação do subgrupo Ajuste de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido; (v) normatização dos critérios de avaliação e classificação de instrumentos financeiros; (vi) obrigatoriedade de avaliação do grau de recuperação de ativos não-circulantes; (vii) alteração dos parâmetros de avaliação de coligadas pelo método de equivalência patrimonial; (viii) critério de reconhecimento de doações e subvenções para investimento; e (ix) obrigatoriedade da contabilização de novos ativos a valor de mercado, nos casos de incorporação, fusão ou cisão.

A Companhia já adota a divulgação da demonstração do fluxo de caixa e a segregação do Intangível no ativo permanente. Na data de elaboração destas demonstrações financeiras não foi possível estimar os eventuais efeitos decorrentes da adoção das demais mudanças contempladas pela referida lei, aplicáveis à Companhia, que poderiam impactar nas suas demonstrações financeiras.

(b) Disponibilidades e Investimentos de curto prazo

As disponibilidades compõem-se principalmente de investimentos temporários de alta liquidez, cujo vencimento original é inferior a 90 dias. As demais aplicações são apresentadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os investimentos de curto prazo são representados por aplicações em fundo de investimento exclusivo, cujo vencimento original é superior a 90 dias. Os investimentos são apresentados ao valor da cota do fundo na data do balanço, sendo a carteira do fundo exclusivo registrada pelo seu valor de realização.

(c) Contas a receber

Representadas principalmente pelos serviços e produtos faturados aos clientes, pelos serviços prestados até a data do balanço, porém ainda não faturados, e pelos valores decorrentes do uso da rede de operações da Companhia por assinantes e outras operadoras de telecomunicações.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração, baseada na experiência mais recente, avalia periodicamente os percentuais estimados de perda com o objetivo de constituir provisão para os créditos cuja recuperação é considerada improvável.

(e) Estoques

Referem-se, basicamente, a aparelhos de telefonia celular e estão demonstrados ao custo médio de aquisição, líquido da provisão para ajuste a valor de mercado para os aparelhos celulares e acessórios fora de linha ou cujos custos de aquisição sejam superiores aos custos de reposição ou aos valores de realização.

(f) Imobilizado e Intangível

O imobilizado e o intangível são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou construção, menos depreciação/amortização acumulada. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear a partir do momento em que os bens entram em operação, às taxas descritas na Nota 10.

A Companhia revisa o valor de recuperação do ativo imobilizado e intangível, através de suas operações futuras, quando da ocorrência de fatos que possam afetá-lo. O objetivo desse procedimento é verificar se o valor de recuperação está inferior ao valor líquido contábil. Quando isso ocorre, a Companhia reduz o valor líquido contábil ao valor de recuperação. Nenhuma provisão foi julgada necessária em 31 de dezembro de 2007 e de 2006.

Os juros e encargos financeiros, referentes aos empréstimos e financiamentos obtidos para aplicação nas obras em andamento (Bens e Instalações em Andamento), são capitalizados até o momento em que os bens entram em operação. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, quando representam aumento da capacidade instalada ou da vida útil do bem, são capitalizados. Nos exercícios de 2007 e de 2006 não foram capitalizados juros e encargos financeiros.

(g) Outros ativos

Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações nas taxas de câmbio e as variações monetárias auferidos.

(h) Transações em moeda estrangeira

São registradas às taxas em vigor na data das transações e atualizadas com base na taxa em vigor no final do mês, sendo o ganho/perda cambial reconhecido, imediatamente, no resultado do exercício.

(i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados em conformidade com a legislação vigente. Os créditos e obrigações fiscais diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, as bases negativas de contribuição social e as diferenças temporárias decorrentes principalmente de provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências, provisão para contas a pagar - operação de hedge, provisão para contas a pagar e provisão para participação nos resultados, conforme demonstrado na Nota 4.

Conforme requerido pela Instrução CVM Nº 371/2002, a Companhia realiza estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis. Este estudo é atualizado anualmente e, quando necessário, a Companhia constitui provisão para perda para a parcela do imposto de renda e contribuição social diferidos que se realizará além do horizonte de dez anos permitido pela referida Instrução. Este estudo é aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

(j) Provisão para contingências

A provisão é constituída com base nas opiniões dos consultores jurídicos e da Administração para cobrir perdas prováveis decorrentes de questionamentos judiciais de causas fiscais, cíveis e trabalhistas conforme requerido pela Deliberação CVM Nº 489/2005.

(k) Outros passivos

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

(l) Apuração do resultado e reconhecimento das receitas

O resultado é apurado pelo regime de competência. As receitas de serviços de telecomunicações são contabilizadas pelo valor da tarifa vigente na data da prestação do serviço. As receitas dos serviços de telefonia celular se compõem de tarifas de assinatura, de utilização, de uso da rede, de manutenção e de outros serviços prestados aos assinantes. Todos os serviços são faturados mensalmente. Os serviços prestados entre a data de faturamento e o final de cada mês são apurados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados ou quando os créditos expiram. As receitas com as vendas de aparelhos celulares e acessórios são reconhecidas quando os produtos são entregues e aceitos pelo consumidor ou distribuidor.

(m) Plano de pensão

A Companhia participa de planos de pensão que provêm a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego. Os passivos atuariais foram calculados e registrados adotando-se o método de crédito unitário projetado, conforme previsto na Deliberação CVM Nº 371/2000.

(n) Participação dos empregados nos resultados

A Companhia contabiliza essa participação em função do cumprimento das metas estipuladas para o exercício, sujeito à aprovação da Assembléia de Acionistas.

3. Transações com partes relacionadas

	2007	2006
Ativos		
Ativo Circulante - Contas a receber		
Telemig Celular S.A.	27	29
Brasil Telecom S.A.	<u>2.182</u>	<u>1.542</u>
	<u>2.209</u>	<u>1.571</u>
Passivos		
Passivo Circulante - Contas a pagar		
Telemig Celular S.A.	3	4
Brasil Telecom S.A.	<u>2.229</u>	<u>2.359</u>
	<u>2.232</u>	<u>2.363</u>
Passivo não Circulante - Exigível a longo prazo		
Telemig Celular S.A.	23.120	10.985
Tele Norte Celular Participações S.A.	138	1.751
Telemig Celular Participações S.A.	<u>2.897</u>	<u>1.728</u>
	<u>26.155</u>	<u>14.464</u>
Resultado		
Receita de serviços		
Telemig Celular S.A.	672	660
Brasil Telecom S.A.	<u>9.753</u>	<u>13.809</u>
	<u>10.425</u>	<u>14.469</u>
Despesa com compartilhamento de recursos		
Telemig Celular S.A.	(21.565)	(9.370)
Tele Norte Celular Participações S.A.	(1.966)	(2.319)
Telemig Celular Participações S.A.	<u>(1.333)</u>	<u>(2.504)</u>
	<u>(24.864)</u>	<u>(14.193)</u>

A Companhia tem transações com seu acionista controlador e outras partes relacionadas para determinados serviços. As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições acordadas entre as partes, as quais no entendimento da Administração, estão em condições de mercado.

continua